



Sinótese dos Trabalhos Legislativos - 2024		
Inciso IV do art. 27 do Regimento Interno		
Projetos de Lei enviados para sanção do Governador em 2024.	94	
Leis Ordinarias Sancionadas.	82	
Leis Complementares Sancionadas .	1	
Aguardando sanção ou veto.	11	
Veto Governamental.	1	
Autógrafo restituído.	2	
Proposições promulgadas pela Assembleia Legislativa.	3	
Lei ordinaria promulgada pelo Presidente da Assembleia.	3	
Decreto Legislativos promulgados pela Assembleia.	0	
Resolução promulgada pela Assembleia.	0	
Vetos rejeitados.	1	
Vetos mantidos.	1	
PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS	Total	1391
Projeto de Lei Ordinário	258	
Projeto de Lei Complementar	5	
Projeto de Resolução	1	
Projeto de Decreto Legislativo	3	
Proposta de Emenda a Constituição	1	
Requerimento Legislativo	1039	
Veto	1	
Emenda de Plenário	44	
Emenda (Poderes e Comissão Especial)	39	
Redações finais aprovadas	40	
PARECERES APRESENTADOS EM COMISSÕES	Total	279
Parecer Favoravel	248	
Parecer Contrario	5	
Voto em Separado	3	
Baixa em diligência	23	
Pedido de vista	27	
Retirado de Ofício	21	
PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DA ASSEMBLEIA (até 26/04/2024)	Total	652
Proposta de Emenda a Constituição	1	
Resolução	0	
Decreto Legislativo	0	
Ato do Presidente	3	
Atos da Comissão Executiva	297	
Portarias da Diretoria de Pessoal - Ofício Circular DP	133	
Portarias da Diretoria-Geral	0	



Atas (Sessões Plenárias - Reuniões de Comissões - Audiências Públicas - Erratas)	90	
Diversos (Convocação - Termo - Corregedoria - Requerimento - ADI - Relatório CPI)	0	
Matérias relacionadas a finanças (Licitação - Contratos - Prestação de Contas)	128	
Sessões Plenárias	Total	30
1ª Sessão Legislativa - Ordinária		33
1ª Sessão Legislativa - Extraordinária		0
Sessões Solenes	23	
Sessões Itinerantes	4	
Audiências Públicas	Total	19
Transparência e Ética na Gestão Pública: Ainda há Esperança?	21/04/2024	
PLP 12/2024 - que trata da regulamentação da atividade de motorista de aplicativo no Brasil.	20/04/2024	
Direito à Mobilidade: Pedágio no Município da Lapa.	16/04/2024	
IFPR em Araucária - A importância da Educação Técnica em um Polo Industrial.	15/04/2024	
Garantia de vida e território dos povos originários Xetá.	09/04/2024	
Mudanças Climáticas e os Impactos nos Sistemas de Saúde.	04/04/2024	
Ajuste no Plano de Carreira dos Agentes de Apoio.	02/04/2024	
Novas tecnologias de combate à dengue - TECPAR.	25/03/2024	
CONAE: Educação ou Doutrinação?	21/03/2024	
Economia do cuidado e impactos na vida das mulheres.	20/03/2024	
Para tratar sobre as frequentes interrupções do fornecimento de energia pela COPEL.	18/03/2024	
Dia Internacional da Mulher - Mulheres em destaque: Política, Comunicação, Negócios e Justiça.	12/03/2024	
Justiça Social: Combate à Violência contra Mulheres na Região Centro do Paraná.	08/03/2024	
Apresentação do Relatório Detalhado do 3º Quadrimestre de 2023 da Secretaria de Estado da Saúde - SESA.	05/03/2024	
Saúde Integral da População Trans e Travesti.	04/03/2024	
Rumo à Justiça Social no Campo: Reforma Agrária em Quedas do Iguaçu e Região.	29/02/2024	
Prestação de Contas Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA - Cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2023.	27/02/2024	
Desafios para o Combate à Dengue no Paraná.	22/02/2024	
Sem duplicação, Pedágio Não!	20/02/2024	
Reuniões	Total	55
Reunião de Comissão.	50	
Reunião de Frente Parlamentar.	5	
LEIS SANCIONADAS / PROMULGADAS EM 2024		



Altera dispositivos da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e modifica a denominação do cargo de Auditor para Conselheiro Substituto.	Lei Complementar nº 264
Determina a igualdade do valor de premiações a homens e mulheres em competições esportivas organizadas, patrocinadas ou apoiadas pelo Governo do Estado do Paraná, Autarquias, Agências Reguladoras, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações Públicas ou similares.	Lei nº 21.871
Altera o art. 1º da Lei nº 11.265, de 21 de dezembro de 1995, para corrigir as divisas entre os Municípios de Coronel Domingos Soares e Bituruna.	Lei nº 21.872
Altera a Lei nº 11.252, de 20 de dezembro de 1995, que cria o Município de Pontal do Paraná, desmembrado do Município de Paranaguá.	Lei nº 21.873
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pequenos Produtores Rurais e Moradores e do Itaquí, com sede no Município de Guaqueçaba.	Lei nº 21.874
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Abas Largas de Borrazópolis, com sede no Município de Borrazópolis.	Lei nº 21.875
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Ação Social do Nazareno, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.876
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Rimadores Contraste Social, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.877
Concede o Título de Capital do Pinhão ao Município de Inácio Martins.	Lei nº 21.878
Denomina Dr. Michel Leite Pereira da Silva a 3ª Subdivisão Policial de São Mateus do Sul.	Lei nº 21.879
Denomina Dr. Mario Marcondes Lobo Filho o pátio de triagem do Porto de Paranaguá, localizado na Avenida Senador Atilio Fontana, nº 2747/2949, Parque São João, no Município de Paranaguá.	Lei nº 21.880
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Santiago Pesca Esportiva, com sede no Município de Rio Bonito do Iguçu.	Lei nº 21.881
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Municípios do Vale do Ivaí Turismo, com sede no Município de Apucarana.	Lei nº 21.882
Denomina Luiz Augusto Boroto o viaduto no KM 236 + 800m, da BR-163, no Município de Toledo.	Lei nº 21.883
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Alessandro Mori Nunes.	Lei nº 21.884
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Movimento Independente pelos Animais, com sede no Município de Piên.	Lei nº 21.885
Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Rural Comarca de Matelândia, com sede no Município de Matelândia.	Lei nº 21.886
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Joaquim Parron Maria - Padre Parron.	Lei nº 21.887
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Integração Esportiva e Cultural, com sede no Município de São José dos Pinhais.	Lei nº 21.888
Dispõe sobre a Campanha Permanente de Combate, Conscientização e Prevenção à Síndrome de Esgotamento Profissional - Síndrome de Burnout, a ser realizada anualmente em 15 de outubro.	Lei nº 21.889



Institui a Campanha Permanente de Endometriose sem Trauma no Estado do Paraná.	Lei nº 21.890
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor José Kléberson Pereira.	Lei nº 21.891
Cria os Quadros de Oficiais e Praças do Corpo de Bombeiros Militares do Paraná.	Lei nº 21.892
Altera a Lei nº 19.776, de 18 de dezembro de 2018, que institui o teletrabalho no âmbito do Poder Executivo do Governo do Estado do Paraná.	Lei nº 21.893
Institui o Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná.	Lei nº 21.894
Assegura proteção de crianças e adolescentes a exposição/uso de telas digitais.	Lei nº 21.895
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Lord Riders Moto Clube - Rancho, com sede no Município de Cambira.	Lei nº 21.896
Concede o Título de Utilidade Pública à Rede Empresarial do Centro Histórico, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.897
Concede o Título de Utilidade Pública à Agência de Desenvolvimento Turístico da Região Oeste do Paraná, com sede no Município de Cascavel.	Lei nº 21.898
Institui a Campanha Estadual Permanente de Incentivo ao Cuidado da Saúde Mental dos Profissionais da Segurança Pública no Estado do Paraná.	Lei nº 21.899
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Amigos e Mulheres Solidárias, com sede no Município de Quatro Barras.	Lei nº 21.900
Institui a Rota de Turismo Rural Circuito do Sol, no Município de Nova Aurora.	Lei nº 21.901
Institui a Semana Estadual do Brincar e dispõe sobre o estímulo ao brincar na infância.	Lei nº 21.902
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ivo Pierin Júnior.	Lei nº 21.903
Institui a Campanha de Incentivo ao Empreendedor Rural no Estado do Paraná.	Lei nº 21.904
Institui o Dia de Conscientização sobre a Triagem Neonatal no Estado do Paraná.	Lei nº 21.905
Institui o Dia Estadual de Luta contra a Intolerância Política e de Promoção da Tolerância Democrática a ser celebrado anualmente em 9 de julho.	Lei nº 21.906
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Somar Mais Um, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.907
Institui a Semana Estadual de Conscientização da Síndrome de Prader-Willi a ser realizada na última semana do mês de maio.	Lei nº 21.908
Concede o Título de Utilidade Pública à Missão Renovar de Apoio e Restauração de Vidas, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.909
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Aeroparque Aldeia da Serra, com sede no Município de Palmeira.	Lei nº 21.910
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pesca Esportiva Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu.	Lei nº 21.911
Concede o Título de Utilidade Pública à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.912
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação União Central Itaperuçu, com sede no Município de Itaperuçu.	Lei nº 21.913



Denomina Biblioteca Professor Amani Spachinski de Oliveira, a Biblioteca do Colégio Estadual Cívico-Militar Marechal Rondon do Município de Campo Mourão.	Lei nº 21.914
Reconhece a Festa no Arraiá como manifestação da cultura paranaense.	Lei nº 21.915
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto SOS 4 Patas Paraná, com sede no Município de Campo Largo.	Lei nº 21.916
Concede o Título de Utilidade Pública ao Grêmio Cultural Ecológico Carnavalesco Enamorados do Samba, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.917
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Paranaense de Lutas, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.918
Concede o Título de Utilidade Pública à ONG Anjos Protetores, com sede no Município de Pato Branco.	Lei nº 21.919
Altera a Lei nº 13.400, de 21 de dezembro de 2001, que dispõe que as instituições bancárias e outras especificadas, deverão providenciar medidas para efetivar, em tempo razoável, atendimento a seus usuários.	Lei nº 21.920
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Guarapuavana de Basquete Feminino, com sede no Município de Guarapuava.	Lei nº 21.921
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Ethnos Brasil, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.922
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Robert Thompson, com sede no Município de Umuarama.	Lei nº 21.923
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Vitivinicultores do Paraná, com sede no Município de Campo Largo.	Lei nº 21.924
Fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, e dá outras providências.	Lei nº 21.925
Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.	Lei nº 21.926
Concede o Título de Capital Estadual do Maracujá ao Município de Morretes, e dá outras providências.	Lei nº 21.927
Institui no Estado do Paraná o Prêmio de Direitos Humanos Engenheira Enedina Alves Marques.	Lei nº 21.928
Altera a Lei nº 12.857, de 1º de fevereiro de 2000, que proíbe a prática do trote em alunos das instituições da Rede Pública de Ensino de 1º e 2º Graus e de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná.	Lei nº 21.929
Acresce dispositivos à Lei nº 19.421, de 6 de março de 2018, que institui a Rota Turística do Rio Iguaçu no Estado do Paraná.	Lei nº 21.930
Institui a meia-entrada para eleitores nomeados como mesários ou para prestar apoio logístico nas eleições gerais ou municipais, plebiscitos e referendos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e dá outras providências.	Lei nº 21.931
Altera a Lei nº 19.575, de 2 de julho de 2018, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Ajude Focinhos em Curitiba, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.932
Denomina Mitsuro Tomokuni o Contorno Norte do Município de Astorga.	Lei nº 21.933
Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Ano do Centenário da Imigração, Colonização e Desenvolvimento Britânico no Norte Paranaense, e dá outras providências.	Lei nº 21.934



Denomina Ademir Mulon a Rodovia PR-464 do km 0, marco inicial no trevo de Cruzeiro do Sul, até o km 50,340m onde termina a Rodovia PR-340, trevo para o Município de Itaguajé.	Lei nº 21.935
Denomina Rodovia Benelí Terezinha Bueno Kasmiroski a PR-804, que liga a BR-277 à PR-408 (entroncamento na localidade Passa Sete), no Município de Morretes.	Lei nº 21.936
Denomina José Carlos Schiavinato o trevo da PR-317 com a PR-218, no Município de Iguaraçu.	Lei nº 21.937
Altera a Lei nº 16.544, de 14 de julho de 2010, que dispõe sobre o processo disciplinar, na Polícia Militar do Estado do Paraná.	Lei nº 21.938
Concede o Título de Utilidade Pública ao Projeto Social Semear, com sede no Município de Marialva.	Lei nº 21.939
Institui o Dia Estadual da Conscientização da Doença de Parkinson a ser realizado anualmente em 11 de abril.	Lei nº 21.940
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto de Desenvolvimento, Capacitação e Projetos Sociais, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.941
Concede o Título de Utilidade Pública ao Clube de Pesca Esportiva Marechal Rondon, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon.	Lei nº 21.942
Institui a Semana de Enfrentamento e Conscientização à DPOC, à Asma e ao Tabagismo a ser realizada na primeira semana do mês de agosto.	Lei nº 21.943
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto para o Desenvolvimento do Turismo e Projetos Estratégicos, com sede no Município de Foz do Iguaçu.	Lei nº 21.944
Institui o Dia da Comunidade Nordestina.	Lei nº 21.945
Institui o Dia Estadual do Acolhimento do Paciente Oncológico a ser realizado anualmente em 3 de março.	Lei nº 21.946
Concede o Título de Utilidade Pública à Fábrica Cascavelense de Cidadãos, com sede no Município de Cascavel.	Lei nº 21.947
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Brasileira em Defesa da Saúde, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.948
Concede o Título de Utilidade Pública ao Projeto de Inclusão Social C.E.E.L, com sede no Município de Rolândia.	Lei nº 21.949
Concede o Título de Utilidade Pública à Comunidade Servos do Imaculado Coração da Virgem Maria, com sede no Município de Arapongas.	Lei nº 21.950
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos do Judô Ricardo Santos, com sede no Município de Toledo.	Lei nº 21.951
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Tradições Gaúchas “Coração do Paraná”, com sede no Município de Manoel Ribas.	Lei nº 21.952
Concede o Título de Utilidade Pública à Confederação Brasileira de Xadrez Escolar, com sede no Município de Matinhos.	Lei nº 21.953
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Parque Histórico de Arapoti, com sede no Município de Arapoti.	Lei nº 21.954
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Antonio Cirino Ferro.	Lei nº 21.955

Atualizado às 8h20min de 29 de abril de 2024.